

Mulheres populares e a sustentabilidade da vida na América Latina: recontar histórico e importância na atualidade

Mujeres populares y sostenibilidad de la vida en América Latina: recontar histórico e importancia en la actualidad

Márcia Maria Tait Lima*

marcia.tait@gmail.com

Bruna Mendes Vasconcellos*

bruna.mendes@ufabc.edu.br

Laetícia Jalil*

laeticiajalil@gmail.com

Enviado para su publicación: 28/05/2021

Aceptado para su publicación: 12/07/2021

Introdução

O atual cenário latino-americano é imensamente desafiador. As catástrofes sociais, ambientais e sanitárias¹ mais recentes nos deixam sem chão e desconcertadas(os) diante de um mundo que “aparentemente nós construímos” para chamar de nosso. Muitos erros vêm sendo cometidos, há muito tempo, e é necessário que os rumos sejam radicalmente repensados.

Dizemos “aparentemente nós construímos” porque é preciso pensar sempre nos poderes e suas configurações estruturantes, nas forças que empurram determinados modelos de desenvolvimento. São muitos e muitas os que vivem

* Professora do Mestrado em Divulgação Científica e Cultural da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

* Professora da Universidade Federal do ABC (UFABC).

* Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

¹Estamos atravessando a pandemia da Covid 19 provocada pelo coronavírus (SARS-CoV2).

“à margem”, mas que não podem ser vistos apenas como marginalizados, porque são justamente a materialização da resistência e existência de outras formas de habitar, organizar e de cuidar. São racionalidades distintas e saberes fundamentais para a reprodução da vida.

Se, por um lado, não podemos negar uma história latino-americana marcada por violências e desigualdades e por relações predatórias sob os corpos e territórios e o que convencionamos chamar de “natureza”², por outro, existem inúmeros sujeitos coletivos desenvolvendo, historicamente, práxis que estão além ou que propõe a desconstrução da configuração de sistema capitalista-patriarcal-colonial-antropocêntrico: que não incorporaram ou agem pela superação em suas comunidades e territórios dos “dualismos hierárquicos” e “dicotomias hierarquizantes” (Maffia, 2002; Bandeira, 2008): Natureza/Cultura, Mulher/Homem, Corpo/Mente, Afetividade/Racionalidade, Matéria/Espírito, Público/Privado, Produtivo/Reprodutivo. Essas práxis mostram a possibilidade de gestão da vida a partir de outras relações e princípios que privilegiam uma complementaridade e interdependência profunda, como propõem os ecofeminismos e parte da economia feminista (Orozco, 2014; Herrero, 2014), bem como diversos povos e comunidades andinas e amazônicas apresentando a noção de “bem viver” (Tait e Gitahy, 2019).

Para a construção desta ordem sistêmica que ainda vivenciamos de forma hegemônica, foi essencial a articulação com um sistema de engrenagens específicas—o patriarcado. Como analisa Federici (2010), foi ativamente promovida uma transformação das mulheres em servas da força de trabalho masculina, criando um novo modelo de contrato sexual no qual os corpos das mulheres das classes populares são instrumentalizados para atender às demandas do sistema econômico/político/social (p. 148).

Segundo Shiva (1998), o mundo patriarcal considera o homem como a medida de todo o valor e não admite a diversidade, só a hierarquia. Trata a mulher como desigual e inferior porque é diferente. Não considera

² Não apenas com aquilo que convencionamos chamar de ‘natureza’, mas também os próprios seres humanos são violentados de acordo com sua definição como humanos ou aquelas(es) não incorporados a essa noção de humanidade ou vistas(os) como sub-humanos (KILOMBA, 2019; KRENAK, 2019).

intrinsecamente valiosa a diversidade e a natureza em si mesma, só sua exploração comercial em busca de um benefício econômico e assim lhe confere valor [...] a destruição da diversidade e a criação de monocultivos se convertem em um imperativo para o patriarcado capitalista.

Esses corpos são também aqueles que passam a ter que assumir a responsabilidade por garantir a subsistência de suas comunidades (em um contexto de crescente expropriação de territórios e destruição da natureza) e um lugar específico na engrenagem do sistema: aquele de garantir a reprodução da mão de obra (livre ou escravizada) - não por amor, e, sim, por função/lugar social.

Dadas as condições as quais as mulheres viveram e continuam expostas, nós também lutamos. Alguns sujeitos coletivos femininos constituíram apostas políticas de enfrentamento às opressões de acordo com aquilo que afetava seus territórios, suas experiências e as aspirações que coletivamente vislumbravam para o mundo. As mulheres populares e as que vivem no meio rural na América Latina não são exceção, e têm se engajado especialmente a partir dos processos de democratização na região nos anos 1980, em uma série de mobilizações e movimentos sociais do campo, ou exclusivamente de mulheres. No entanto, seu papel na luta política é recorrentemente invisibilizado e desvalorizado.

Nesse artigo, realizamos um breve recontar histórico, a partir de lentes feministas, da luta das mulheres das classes populares no contexto latino-americano. Neste recorrido questionamos o lugar que historicamente a luta por sobrevivência tem tido no bojo das articulações das pautas feministas no continente, situando a práxis de coletivos de mulheres populares em suas lutas pela garantia do direito básico ao alimento e seu papel para pensarmos como romper o ciclo vicioso de políticas que insistem em não privilegiar a vida. Nosso olhar, aqui, se atenta em especial ao papel dessas lutas nas tessituras que privilegiam a sustentabilidade da vida, passando por horizontes, ainda que não explícitos, dos ecofeminismos, das economias feministas, dos feminismos territoriais e campesinos e de algumas experiências com redes de solidariedade potencializadas durante a pandemia da Covid-19.

Mulheres populares e uma história de resistências

Recorrentemente a luta das mulheres e as lutas feministas são narradas a partir dos marcos de mobilizações que garantiram às mulheres, no Ocidente (geopolítico), acesso a direitos civis perante os Estados modernos. As etapas dessa luta são descritas como as “grandes ondas”³ do movimento feminista e teriam início na “Ilustração Europeia” ou, posteriormente, com a “Revolução Industrial”. Portanto, fora de um marco territorial e de pensamento latino-americano e muitas vezes organizado em relação ao Estado⁴.

Mesmo reconhecendo a importância histórica dessas “grandes ondas feministas” e, em alguma medida, nos respaldando nelas para (des)construir narrativas, é necessário destacar uma crítica já bem desenvolvida pelas feministas negras, decoloniais e dos “feminismos do Sul”, como Curiel (2007), Lugones (2019) e Shiva (1995) – para citar apenas algumas – que apontam o caráter colonialista dessa leitura dos momentos históricos da luta das mulheres. Essas autoras argumentam que aquilo que é vivido como “conquista” para algumas mulheres está longe de ser assim para as mulheres construídas como “outras”: enquanto “umas” ganham acesso aos postos privilegiados do mundo do trabalho, “outras” nunca gozaram da possibilidade de não trabalhar; enquanto “umas” conquistam liberdade para exhibir seus corpos, “outras” lutam contra a hipersexualização dos seus; enquanto “umas” ganham liberdade para ter propriedade, “outras” lutam pela garantia de ter direito sobre seu território e permanecerem nele.

³ A Primeira Onda teria ocorrido entre os séculos XIX e XX, demarcada pela luta do sufrágio feminino; a Segunda nas décadas de 1960 e 1970, em consonância com os movimentos de contracultura próprios da época, e que são descritos sob o slogan do ‘pessoal é político’ e direitos reprodutivos; e a Terceira Onda após anos 1990 e demarca a ampliação e internacionalização das pautas feministas, especialmente em sua incorporação pelas agências e órgãos de fomento internacionais e uma maior presença feminista nas estruturas do Estado.

⁴Mota (2010) redesenha também ondas semelhantes na estruturação do feminismo brasileiro, inicialmente engajadas com a luta sufragista nos anos 1930, na década de 1970 no enfrentamento ao regime ditatorial presente no país, e logo nos processos de redemocratização, e nos anos 2000 suas mobilizações iriam no sentido de ocupar lugares no Estado e na internacionalização das ONGs feministas.

Essas leituras nos indicam que a história contada parte da perspectiva de um grupo de mulheres em específico: aquelas com certos privilégios no mundo capitalista, construídos a partir da raça e do racismo, e que joga debaixo do véu da invisibilidade a história de luta de tantas outras mulheres cuja vivência se intersecta com inúmeras faces do sistema opressor.

Ampliar as perspectivas é urgente porque o feminismo esteve sempre presente, seja individual ou coletivamente, quando as mulheres resolvem fazer frente às injustiças do patriarcado. Portanto, um trabalho fundamental para o feminismo latino-americano é situar a luta das mulheres negras, quilombolas, indígenas, extrativistas, pescadoras, ribeirinhas, caçaras, mulheres camponesas, mulheres das periferias, mulheres latinas e caribenhas, entre tantas "outras" pouco visibilizadas em seu papel histórico no enfrentamento às mais diversas formas de opressão e nas resistências e reinvenções frente ao sistema hegemônico.

Fazemos uma aposta política de usar a categoria "mulheres (das classes) populares", respaldadas na literatura dos "Movimentos de mulheres e Feministas na América Latina" (Alvarez, 2000; Vargas, 2008), com o objetivo de situar as ações de resistência traçadas pelas mulheres do campo e da cidade que, vivendo às margens do sistema socioeconômico, têm resistido/criado formas de viver significativas no enfrentamento às opressões, mas que, ainda assim, tem ganhado pouca visibilidade diante do conjunto de pautas compreendidas como feministas. A categoria "mulheres populares" surge como estratégia de visibilidade a um amplo espectro de vivências e formas de luta das mulheres em distintos corpos e territórios de nossa América Latina.

A crítica se apresenta a partir de um movimento de busca por visibilizar processos de vida, de organização e de luta das mulheres inseridas nos países do "sul global", apresentado como feminismos outros ou feminismos periféricos. De forma geral, sua ideia é recuperar e dar centralidade à luta das mulheres negras, indígenas, populares, lésbicas, a partir da construção do que seriam os feminismos decoloniais, pós-coloniais, negros, comunitários, lésbicos, questionando um processo histórico de invisibilidade. Esse processo tem

buscado destacar os distintos lugares e opressões específicas vividas pelas mulheres, decorrentes de sua raça, classe, orientação sexual.

A América Latina dos anos 1980 presenciou uma série de mobilizações sociais. Em grande medida, alavancadas pela defesa da democracia e contra os avanços das forças capitalistas na região. Nesse momento, surgiram muitos dos movimentos sociais que têm grande impacto político até os dias de hoje, tendo sido esse, também, um período significativo para os movimentos de mulheres, em geral, e para a luta das mulheres camponesas e seu encontro com a agroecologia e o movimento agroecológico.

Para Alvarez (2000) e Vargas (2008), dentro da vasta heterogeneidade de lutas, é possível situar três grandes lugares a partir dos quais se mobiliza a luta das mulheres na América Latina a partir dos anos 1980. Uma primeira frente seria aquela identificada como a feminista propriamente dita, que empreende esforços explícitos no sentido de denunciar a existência de relações de gênero que subordinam as mulheres e de criar uma agenda específica para transformar o sexismo existente nos diferentes âmbitos da sociedade⁵.

Um segundo lugar mencionado de atuação das mulheres é a militância dentro das estruturas mais tradicionais de mobilização social: sindicatos e partidos. São mulheres que tentam ser incluídas e modificar esses espaços e exigem sua maior inserção nos processos de decisão, lutando por reconhecimento público dos direitos femininos⁶. Aqui, poderíamos mencionar a atuação das mulheres dentro dos emergentes movimentos sociais na América Latina desse período

⁵Aqui as autoras situam uma série de ações e organizações de coletivos que surgem nos anos 80, e que nesse período da história prezam por sua autonomia institucional, ou seja, não criam vínculos com o Estado, financiadoras internacionais, e não priorizam sua formalização institucional. Esse cenário, apontam as autoras, se modificará radicalmente a partir especialmente dos anos 1990, quando parte significativa da luta das mulheres passaram a estabelecer vínculos mais diretos com o Estado, com organizações internacionais, e criar diversas ONGs que centralizam as lutas.

⁶Vargas (2008) destaca que nem todas as mulheres presentes nesses espaços fazem parte do movimento de mulheres, uma vez que algumas não estão preocupadas em colocar as demandas acima citadas, mas, ao contrário, seguem de maneira estrita a lógica tradicional de funcionamento dessas organizações. Em seu trabalho, a socióloga Maxine Molyneux (2003) inclui ainda entre das vertentes do movimento, as mulheres liberais organizadas no âmbito religioso fundamentalista como um tipo de ação coletiva feminina que vem ganhando força. A própria autora não consegue entrar no debate dos detalhes e contradições dessa vertente, e, portanto, aqui não privilegiamos essa abordagem, mas é necessário lembrar que a atuação do feminismo liberal em nossa história permanece.

histórico, como aponta Paola Capellin (1994, 2008) e Maria José Carneiro (1994).

As mulheres do campo, por exemplo, tiveram papel na organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nos sindicatos rurais, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste - MMTR-NE (maior movimento de mulheres trabalhadoras rurais da América Latina) e o Movimento de Mulheres Camponesas - MMC, nas organizações de trabalhadores urbanos, bem como atuação central em organizações relacionadas a um catolicismo de esquerda, como as Pastorais da Terra e Comunidades Eclesiais de Base.

Há, ainda, uma terceira frente de ação da luta das mulheres, que seria aquela da organização das mulheres populares. Essa organização é caracterizada, para as autoras, pelo conjunto de mulheres que buscam atender as necessidades e demandas mais básicas de sobrevivência de suas comunidades, desde seu papel social enquanto mães e cuidadoras. Ações antes fragmentadas e individuais, cumpridas pelas mulheres no espaço doméstico, são tornadas públicas e transformadas em coletivas. Aqui são usualmente colocadas as ações coletivas de mulheres populares na luta para garantir alimentação, educação, saúde, infraestrutura sanitária, transporte, entre outros elementos de necessidades de subsistência e sobrevivência para os lugares onde vivem⁷.

As mulheres rurais no Brasil dos anos 1980, por exemplo, engajadas com os movimentos de reforma agrária, carregam também as marcas dessa atuação coletiva para garantir os elementos básicos das comunidades e dos grupos de recém-assentados, se organizando coletivamente para a produção de alimentos, na luta pela construção de estradas e de acesso à educação pelas crianças no campo (Vasconcellos, 2011).

⁷ A literatura menciona aqui os exemplos das mulheres peruanas na luta pelos comedores populares, ou os programas de distribuição de leite para crianças no mesmo país, citam a luta na Argentina pelas creches, ou no México por moradia popular, entre outras que situam essa organização dos bairros periféricos da cidade para garantia de sobrevivência digna às comunidades largadas à própria sorte nas franjas territoriais e políticas do capitalismo (Silveira, 2008; Vargas, 2008).

De algum modo, nessa literatura, a vinculação das mulheres atuando politicamente a partir de sua função como mães e cuidadoras emerge como um paradoxo. Para aquele momento histórico, a conquista da libertação das mulheres estava vinculada à necessidade de romper com os estereótipos que conectam as mulheres à função de cuidadora e, no entanto, parte da luta se dava na conexão desses papéis.

Assim, por um lado, a literatura nos ajuda na medida em que situa a luta das mulheres populares por melhores condições de vida para suas comunidades como parte integrante da luta das mulheres, embora não estivessem explicitamente alçando bandeiras feministas ou pautas contra o sexismo. E isso é importante, ao dar visibilidade às mulheres rurais e nas periferias da cidade, que nesse mesmo período histórico estavam na linha de frente de mobilizações para garantia de existência de seus povos, sem necessariamente denominar-se 'feministas'. Como acontece até os dias de hoje com movimentos e ações no âmbito dos povos indígenas, caiçaras, entre outros, onde mulheres atuam em coletivos e associações e em suas comunidades sem se identificarem necessariamente como feministas (Tait e Gitahy, 2019; Tait, 2015).

Por outro lado, essa separação entre aquilo que são organizações que lutam primordialmente para a denúncia do sexismo, em um lugar de contraposição às lutas pela sobrevivência nos abrem caminhos para uma reflexão mais profunda sobre a arriscada separação entre pautas feministas e demandas sociais de sobrevivência. Entre a luta das mulheres e o enfrentamento ao capitalismo colonialista, e, no limite, entre as pautas possíveis e privilegiadas pelo feminismo hegemônico e as pautas e lutas de "outras" mulheres, mais vulnerabilizadas diante do sistema socioeconômico. Um abismo que marca profundamente os movimentos feministas nas últimas décadas e que alcança o presente.

Nesse sentido, com mais clareza trazida pelos próprios avanços das ações e reflexões do movimento de mulheres e feministas, é possível hoje pensar para além dessa dicotomia, compreendendo a luta pela sobrevivência como uma pauta, também, central da luta feminista. Há uma articulação entre a

estruturação capitalista, o sexismo, o colonialismo e o racismo atualmente mais conhecida e amplamente debatida (Federici, 2017; Lugones, 2019).

Os corpos e territórios (Cabnal, 2010) explorados para a sobrevivência do sistema capitalista são demarcados pela colonialidade, pela racialização e pelo gênero, estas faces da opressão se amalgamam no processo de estruturação dos sistemas socioeconômicos modernos. Sem essas possibilidades de extração de trabalho não remunerado, o sistema capitalista não teria vias de sustentação. Há uma conexão material e simbólica dessas opressões que não pode ser ignorada e que nos indica que repensar a sobrevivência é, também, enfrentar o patriarcado e o racismo⁸ e sua invisibilidade ante as pautas priorizadas pelo movimento feminista.

Historicamente, as análises indicam que são as mulheres designadas como não brancas, e aquelas em condições de maior vulnerabilidade socioeconômica, que assumem a maior carga dos trabalhos de reprodução – necessários à sobrevivência do sistema econômico. E o lugar social e político da reprodução social de nossa espécie é um elemento-chave para pensarmos os caminhos da luta das mulheres. Um traço herdado desde os tempos da escravidão, e que perdura no persistente colonialismo das sociedades latino-americanas. Essas mulheres nas periferias, nas regiões empobrecidas do campo, as ribeirinhas, as mulheres do campo e das florestas, assumem grande parte dos trabalhos de reprodução. Ao disputarem politicamente a sobrevivência de suas comunidades

⁸ O conceito de interseccionalidade cunhado pelas feministas negras nos anos 1960, já indicava claramente essa imbricação. Ao apontar a impossibilidade de analisar as opressões de forma isoladas, criticavam a subjugação de pautas das lutas das mulheres negras, como a disputa por renda mínima ou a exploração das trabalhadoras domésticas, majoritariamente negras ou das demandas das mulheres rurais. Nas últimas décadas temos sido chamadas a ouvir o que nos fala Lélia Gonzalez (1982; 1983), Sueli Carneiro (2003; 2011), Ângela Davis (1999; 2016), Patrícia Hill Collins (2009; 2015), Bell Hooks (1994; 2000), Luiza Bairros (1995; 2006), Nawal El Saadawi (2002; 2019), que demarcam fortemente a realidade vivida pelas mulheres negras, oprimidas pelos/as brancos/as (homens e mulheres) e pelos homens negros. Estas e tantas feministas negras nos fazem refletir sobre em que medida as lutas feministas por direitos civis, sociais e políticos só contribuíram para mudar a vida das mulheres brancas, mantendo as negras em um lugar de submissão. Nos chamam a ver o mundo a partir das diferentes estruturas de desigualdade que se impõe sobre as nossas vidas, conectadas, em um novo entre o gênero, a raça e a classe social (Saffioti, 2004).

colocam em cena uma reflexão necessária sobre como garantimos, de fato e coletivamente, as nossas existências.

O que as autoras analistas das lutas feministas nos mostram é que essa pauta não foi aquela que teve centralidade até aqui, e que esse talvez tenha sido um dos eixos de disputas e conflitos para dentro do próprio movimento ou motivo de escolha para muitas em não estar/fazer parte do movimento (Alvarez, 2000; Vargas, 2002; Dagnino e Tatagiba, 2010; Schild, 2000). A organização histórica do feminismo se refaz em traços colonialistas, invisibilizando as lutas e as pautas daquelas que ocupam as mais diversas margens dos sistemas de opressão.

Coube às mulheres populares, as mulheres camponesas e agricultoras, as mulheres nas periferias, o papel de lutar por “redistribuição” (nos termos de Fraser, 2019) e refletir/agir a partir de suas próprias vivências e de seus corpos racializados, sobre redistribuição, sobre sobrevivência, a fim de gerar, com isso, tensionamentos nos modos como vemos/pensamos os processos de transformação social.

A sustentabilidade da vida no centro e luta

Existe uma conexão que parece atar a luta das mulheres populares, no campo e na cidade, com seu lutar ocupado historicamente com a garantia de reprodução social—atuando sobre as demandas mais básicas de moradia, alimentação, cuidados e bem-estar de suas comunidades. Seu engajamento com a reforma agrária, a organização quilombola, a luta pela agroecologia e a soberania alimentar ocupam um lugar no bojo das disputas feministas que nos interessa aprofundar.

Entendemos que o encontro da luta das mulheres latino-americanas no âmbito de feminismos situados ou corporificados—com forte questionamento de aspectos materiais e econômicos que envolvem a produção e inviabilizam a reprodução da vida—promove relações criativas com a economia feminista e o ambientalismo feminista (ecofeminismos), com a defesa dos territórios (ecojustiça), com a soberania alimentar e a agroecologia (Carrasco, 2003 e

2014; Faria, 2009; Orozco, 2014; Daron e Collet, 2008; Siliprandi, 2015). Suas ações apontam para outros horizontes das mobilizações entre mulheres populares e não-urbanas⁹, ações que se estabelecem e caracterizam desde outros territórios, que interagem com as cidades, mas não se definem pelas lógicas urbanas.

A economia feminista tem sido fundamental para pensar a não-mercantilização da vida e a “crise civilizatória”, buscando reconhecer os ataques aos processos vitais e os mecanismos geradores de desigualdades sociais e degradação ambiental em suas relações com as dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais (Orozco, 2014: 6).

A perspectiva de colocar a sustentabilidade da vida no centro, mais do que um “tema” ao lado de outros, trata-se de um eixo que articula visões e projetos políticos emancipatórios, que enlaçam mulheres em movimento no campo e na cidade. Essa perspectiva significa reconhecer os processos e trabalhos que sustentam a vida, articulando propostas de reorganização sistêmica (Faria, 2020; Marimon e Tait, 2019).

Quando nos aproximamos da trajetória política de mulheres nos territórios rurais latino-americanos e sua vinculação com as agriculturas, a produção de alimentos, os cuidados com a natureza e a conservação da agrobiodiversidade, constatamos que suas práticas estão relacionadas com as lutas mais amplas de mulheres populares (rurais e urbanas) e com o desafio cotidiano para a sobrevivência e cuidado entre elas próprias e de suas famílias e comunidades. Essas práticas apresentam importantes singularidades, que se referem às culturas e modos de vida específicos e que demonstram o que Herrero (2020) chama de “interdependência” entre humanos e a vulnerabilidade de nossos corpos e mentes; e de “ecodependência”, entre humanos e natureza, que sublinha a necessidade do cuidado ecossistêmico, do cuidado comum.

⁹ Aqui situamos a discussão do feminismo camponês e popular, em que acreditam que é preciso que a transformação da sociedade se dê a partir de suas realidades, seus trabalhos, de suas experiências, tendo a construção da agroecologia e da soberania alimentar como formas de viver para a sustentabilidade da vida e da natureza. Para saber mais buscar Calaça (2012); Mezadri, Cima e Taborde (Org.) (2021).

Dentre as inúmeras pautas constituídas no âmbito da luta das mulheres rurais¹⁰, uma central e histórica é pela visibilidade de seu trabalho. Historicamente encarregadas dos trabalhos doméstico e de cuidados, é socialmente esperado que as mulheres do campo sejam boas mães, esposas e cuidadoras, cumprindo cotidianamente um sem fim de tarefas: cuidam de crianças, doentes e idosos, cozinham, lavam, limpam, organizam, cuidam das hortas, dos pequenos animais, colhem, plantam, etc. Apesar de sua contribuição para garantir a soberania alimentar e subsistência (e sobrevivência) das famílias, o trabalho das mulheres é pouco valorizado pelas famílias, comunidades e Estado (Butto, 2011; Nobre, 2012).

Embora trabalhem usualmente nas roças, junto às suas famílias, esse seu trabalho é, também, invisibilizado e visto como “ajuda”, especialmente por não terem acesso aos processos de decisão e gestão desse lugar de produção (Deere e León, 2002). No entanto, as mulheres também contribuem para a obtenção de rendimentos, comercializando produtos da horta e alimentos que saem de suas cozinhas e por meio da produção de artesanato. Essa renda, porém, é vista como secundária e menos importante no balanço geral das contas familiares (Paulilo, 2004).

Nas últimas duas décadas, especialmente após os anos 2000, muitos dos movimentos das mulheres rurais se engajam com a construção da agroecologia e da luta pela soberania alimentar¹¹ como forma de manter e fortalecer a luta das mulheres no campo, nas águas e nas florestas.

A agroecologia como aposta social, política e epistêmica questiona a desvalorização e invisibilidade daquilo que são tarefas vistas social e historicamente como femininas: o cuidado das hortas, dos pequenos animais, das casas, a produção de alimentos saudáveis e a garantia da soberania

¹⁰ Para melhor compreensão desse tema, ver Vasconcellos e Ricoldi, 2017.

¹¹ “O conceito de soberania implica em considerar particularidade de gênero, cosmovisão e desenvolvimento evolutivo do conjunto da população. Desde uma perspectiva de gênero e direitos humanos a soberania alimentar implica, entre outros aspectos, os seguintes: questionar as relações de poder vinculadas ao acesso aos recursos naturais, proteger e resgatar os saberes ancestrais vinculados à produção e preparação de alimentos, participar da tomada de decisão em diferentes níveis da cadeia produtiva; ou seja, produzir em condições de trabalho digno e com possibilidade de ascender a alimentos saudáveis e assumir papéis de corresponsabilidade entre homens e mulheres quanto ao trabalho reprodutivo e de cuidado” (tradução nossa, CARE, 2017, p. 11).

alimentar, as práticas de manejo e uso sustentável dos biomas e a preservação da agrobiodiversidade. Nesse sentido, a agroecologia aparece como instrumento de tensionamento da dicotomia entre produção/reprodução (na lógica de hierarquização e desvalorização do trabalho), abrindo caminhos para novas possíveis compreensões das relações sociais nesse contexto¹².

O tema da soberania alimentar também tem surgido recorrentemente nessa convergência entre as lutas das mulheres rurais, dos campos e florestas, com a agroecologia. Ações e projetos em curso em vários países são exemplos dessas relações¹³. O enfoque dado à soberania alimentar nesses projetos acentua a dimensão de gênero articulada a aspectos interculturais e comunitários, centrais para diversos países latinos, principalmente em seus territórios rurais com importante prevalência de população indígena e afrodescendente.

O que observamos a partir da literatura das mulheres atuando nesses campos é que, mesmo em países socioculturalmente e geograficamente tão diversos, prevalecem relações entre a vivência das mulheres e a produção agrícola para subsistência. A relação declarada pelas mulheres que participam de vários projetos relacionados à soberania alimentar entre sua identidade cultural e as práticas agrícolas e alimentares é muito forte. Por exemplo, a pesquisa realizada para o "Proyecto de Fortalecimiento a organizaciones andinas para la incidencia en política pública sobre seguridad alimentaria en Bolivia, Ecuador y Perú" (CARE, 2017), 70% das participantes relacionaram sua identidade a "manter vivos seus costumes relacionados à gastronomia", como os trabalhos de preparo de comidas e bebidas.

¹²A agroecologia é considerada tanto um campo científico quanto uma prática tecnológica e um movimento social (Toledo, 2016; Wezel *et al.*, 2009; Gliesman, 2002). Toledo (2016, p. 43) sintetiza os pilares do conceito de agroecologia pontuando que "representa um salto epistemológico e metodológico que propicia novas maneiras de fazer ciência; também é uma prática". Para saber mais buscar Emma Siliprandi, 2009; Iridiane Seibert, 2019.

¹³ Como os projetos: As Cadernetas Agroecológicas no Brasil: vizibilizando a contribuição das mulheres rurais para a agroecologia. FIDA, 2019; "Fortalecimiento a organizaciones andinas para la incidencia en política pública sobre seguridad alimentaria en Bolivia, Ecuador y Perú, implementado pela fundação CARE com apoio da Fundação Tierra, UNORCAC e CEPES e financiado pela União Europeia; "MAS MUJERES, Mayor Autonomía Social y Económica de mujeres Indígenas, Afrodescendientes y Mestizas en Situación de Pobreza y Vulnerabilidad", financiado pela Fundação CARTIER; e o "Democratización, Derechos y Diálogo Intercultural para la Inclusión Étnica en Áreas de Frontera Norte de Ecuador", implementado e financiado pela CARE, CIESPAL, CASA OCHUN e União Europeia.

Em muitos países da América Latina, as mulheres são social e culturalmente vistas como responsáveis pela garantia da alimentação da população. Elas são, muitas vezes, educadas e responsabilizadas pela segurança alimentar de seus povos¹⁴. Muitas mulheres camponesas têm protagonizado a luta pela soberania alimentar, politizando o território da alimentação através de suas críticas à monocultura e ao racismo implícito na desvalorização social de seus modos de vida e alimentação (Moraes, Shana & Funari, 2020).

Reflexões finais

Na última década, percebemos transformações importantes no cenário político-econômico-social latino-americano. Destacamos, neste artigo, os processos de fortalecimento das pautas feministas e alianças entre mulheres populares no âmbito urbano e rural, sublinhando alinhamentos entre questões sociais, raciais, socioambientais e relacionadas à produção e ao acesso aos alimentos.

Entendemos que essas mudanças sinalizam aspectos positivos no sentido de pluralidade dos feminismos, sua representatividade dentro do campo das mulheres populares (e de identidades subalternizadas dentro das assimetrias de classe-raça-etnias-gêneros) e também do ponto de vista de uma relação mais integral e global do conflito capital-vida e suas dimensões ecológicas, que permeiam tanto espaços rurais quanto urbanos¹⁵.

As demandas políticas por sobrevivência, nesse novo cenário, ganham novos contornos. Elas saem do lugar de lutas subalternas no campo das articulações feministas para disputar lugar como centrais para o enfrentamento das opressões. A “sustentabilidade da vida” adquire uma posição de princípio articulador de diversas lutas coletivas protagonizadas por mulheres na América Latina.

¹⁴ Importante enfatizar, mais uma vez, que as mulheres assumem essas funções por processos históricos, culturais e sociais de construção dos papéis de gênero, e não por qualquer tipo de essência feminina que se conecte de algum modo a esse tipo de trabalho.

¹⁵ Isso tem se materializado em uma série de vivências e ações concretas no campo da articulação entre luta das mulheres, agroecologia e soberania alimentar que aprofundamos em um outro artigo “Mujeres rurales, soberanía alimentaria y agroecología en América Latina”, enviado ao VII Congreso Economía Feminista de Bilbao.

Na perspectiva da sustentabilidade da vida, as atividades de cuidados são colocadas como centro político e econômico e como uma responsabilidade de todas e todos. Não se trata de que as mulheres se tornem as únicas salvadoras do planeta ou que uma relação mais forte e empática entre mulheres e natureza esteja relacionada com características biológicas e intrínsecas ao sexo feminino, mas de saber ler o que sua luta nos coloca em termos de demandas políticas e sociais.

A luta das mulheres populares, aqui brevemente esboçada, aponta para a necessidade de uma revisão profunda da relação com a natureza e imposição de papéis aos diferentes gêneros, raças e etnias. Esses marcadores de desigualdade e discriminações precisam ser analisados conjuntamente, uma vez que fazem parte de um todo interconectado. Isso é, sem dúvida, um constante desafio para a produção teórico-reflexiva e a mobilização política.

O engajamento das mulheres na luta por alimento, saúde e bem viver, fazem parte de ações coletivas mais amplas, que, em suas ações políticas e atividades cotidianas, em suas denúncias e testemunhos, desnudam o mito do desenvolvimento e as dimensões do patriarcado nele contidas. Apontam para a necessidade de relações diferentes com a natureza, que coloquem o cuidado como condição para a vida humana. São vozes que gritam a lógica de morte que está por detrás desse modelo - supostamente de "desenvolvimento", que mercantiliza a vida - e que apontam para alternativas pela vida.

Os caminhos de luta das mulheres nos territórios rurais na América Latina evidenciam como são os finos laços que conectam o cotidiano das vidas, da produção, da alimentação, dos cuidados, com a estruturação política de nossos tempos. E deixam, assim, uma série de insights e possibilidades para refletir/agir sobre quais seriam os traços de uma política ocupada de nosso bem-estar, de nosso bem viver.

Referências bibliográficas

Alvarez, S. (2000). A "Globalização" dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In S. Alvarez, E. Dagnino & A. Escobar (Orgs.), *Cultura e Política nos Movimentos Sociais latino-americanos: Novas Leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Bandeira, L. (2008). A contribuição da crítica feminista à ciência. *Revista Estudos Feministas* 16 (1), 207-28.

Butto, A. (2011). Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In: Butto, A.; Dantas, I. (Orgs.). *Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: MDA.

Cabnal, L. (2010). Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In L. Cabnal (Org), *Feminismos diversos: el feminismo comunitario* (p. 11-25). Madrid: Acsur Las Segovias.

Calaça, M. K. A. S. (2012). *Rompendo a cerca do isolamento: as relações entre a Agroecologia e as questões de gênero*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Cappelin, P. (1994). Atrás das Práticas: o perfil das sindicalistas. In *Paper apresentado no XVIII Encontro da ANPOCS*. Caxambu, MG.

_____ (2008). Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In M. Del Priore (Org), *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.

Carneiro, M. J. (1994). Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, 2 (1), 11-22.

Carrasco, C. (2003). Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In F. Nalu e M. Nobre (Orgs.), *A produção do viver*. São Paulo, SP: SOF.

Carrasco, C. (2014). *Con voz propia: La economía feminista como apuesta teórica y política*. Madrid: La Oveja Roja.

Celiberti, L. (2016). Izquierda con respecto a qué? In A. Acosta, A. Escobar, D. Machado, E. Gudynas, J. C. Guijarro, L. Celiberti (...) R. Zibechi (Org.), *Rescatar la esperanza: más allá del neoliberalismo y el progresismo*. Barcelona: Editora Entrepueblos.

Collins, P. H. (2016). Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1).

Curiel, O. (2007). Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nómadas*, 36.

Dagnino, E.; Tatagiba, L. (2010). *Movimentos sociais e participação institucional: repertórios de ação coletiva e dinâmicas culturais na difícil construção democrática brasileira*.

Daron, V., Collet, Z. (2008). *Mulheres camponesas em defesa da saúde da vida*. Brasília: Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul; MDA Comunicação Integrada.

Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo, SP: Boitempo.

Deere, C. D.; León, M. (2002) *Género, propiedad y empoderamiento: tierra, Estado y mercado en América Latina*. Quito, Ecuador: FLACSO.

Faria, N.; Moreno, R.; Nobre, M. (eds.). (2020). *Cultivar a vida em movimento: experiências de economia feminista na América Latina*. SP: SOF.

Faria, N.; Moreno, R. (2012). *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*. São Paulo, SP: SOF.

Federici, S. (2010). *El caliba y la bruxa: mujeres, cuerpo y acumulación primitiva*. Madrid: Traficante de Sueños.

_____ (2017). *O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.

Femenías, M. L. (2007). Esbozo de un feminismo latinoamericano. *Revista Estudos Feministas*, 15(1), p. 11.

Fraser, N. (2019). Feminismo, Capitalismo e a astúcia da história. In H. Buarque (Org.), *Pensamento Feminista – conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do tempo.

Galeano, E. (2019). *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre, RS: L&PM.

Gonzalez, L. (2019). A categoria político-cultural da Amefricanidade. In H. Buarque (Org.), *Pensamento Feminista – conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do tempo.

Guimarães, A. S. (2002). *Classes, raças e democracia*. São Paulo, SP: Editora 34.

Herrero, Y. (2014). Economía ecológica y economía feminista: un dialogo necesario. In C. Carrasco (Ed.), *Con voz propia: La economía feminista como apuesta teórica y política*. Madrid: La Oveja Roja.

Kilomba, G. (2019). *Memórias de Plantação - Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro, RJ: Cobogó.

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo, SP: Cia das Letras.

Lacey, H. A. (2015). Agroecologia: uma ilustração da fecundidade da pesquisa multiestratégica. *Estudos Avançados*, 29(83), 175-81.

Lugones, M. (2019). Rumo a um feminismo decolonial. In H. Buarque (Org.), *Pensamento Feminista – conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do tempo.

Maffia, D. (2002). Crítica Feminista à Ciência. In A. A. COSTA, & C. B. Sardenberg (Orgs.), *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador, BA: Redor/Neim-FFCH/UFBA.

Marimon, A. S., & Tait, M. M. L. (2019). Caminhos para a sustentabilidade da vida: revisão teórica e diálogo com as práticas de mulheres coletoras da Rede de Sementes do Xingu. *Otra Economía Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria*, 12, 220-237.

Matos, M. (2010). Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? *Revista de Sociologia e Política*, 18 (36), 67-92.

Moraes, L., Shana, S. S., & Funari, J. (2020). Mulheres lideranças rurais, participação política e trabalho de cuidado durante a pandemia de Covid-19.

Nicholls, C.; Altieri, M.; Salazar, A. H.; Lana, M. A. (2015). Agroecologia e o desenho de sistemas agrícolas resilientes às mudanças climáticas. *Revista Agriculturas*, jan.

Nobre, M. (2012). Censo agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero. In A. Butto, I. Dantas, & K. Hora (Orgs.), *As mulheres nas estatísticas agropecuárias: experiências em países do sul* (p. 41-118). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

_____ (2015). Economía solidaria y economía feminista: elementos para una agenda. In M. Nobre, N. Faria, & R. Moreno (Orgs.), *Las mujeres en la construcción de la economía solidaria y la agroecología* (p. 13-44) São Paulo, SP: SOF.

Orozco, A. P. (2014). *La subversión Feminista de la Economía*. Madrid, Espanha: Traficante de Sueños.

Pacheco, M. E. L. (2009). Os caminhos das mudanças na construção da agroecologia pelas mulheres. *Revista Agriculturas*, 6 (4), 4-8.

Paulilo, M. I. S. (2004). Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*, 12 (1), 229–252.

Puleo, A. G. (2011). *Ecofeminismo para otro mundo posible*. Madrid, Espanha: Grupo Anaya/ Edições Cátedra.

Puleo, A. G. (2019). *Claves ecofeministas: Para rebeldes que aman a la tierra y a los animales*. México: Plaza y Valdés.

Santos, M. G. (2016). Os feminismos e suas ondas. *Cult*, n. 219. (Dossiê A Quarta Onda do Feminismo).

Schild, V. (2000). Novos Sujeitos de Direitos? Os Movimentos de Mulheres e a Construção da Cidadania nas 'Novas Democracias'. In S. Alvarez, E. Dagnino, A. Escobar (Orgs.), *Cultura e Política nos Movimentos Sociais latino-americanos: Novas Leituras*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.

Segato, R. (2010). Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial. A. Quijano, J. M. Navarrete (Eds.), *La Cuestión Descolonial*. Lima, Peru: Universidad Ricardo Palma - Cátedra América Latina y la Colonialidad del Poder.

Seibert, I. G. *et al.* (2019). Sem feminismo, não há agroecologia. In *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição, 11. O poder das mulheres na luta por soberania alimentar*.

Shiva, V. (1995). *Abraçar la vida*. Madrid, Espanha: Horas y Horas Editorial.

Shiva, V. (1998). El saber próprio de las mujeres y la conservación de la biodiversidade. In M. Mies, & V. Shiva. *La praxis del ecofeminismo*. Barcelona, Espanha: Icaria.

Siliprandi, E. C. (2015). *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ.

Táboas, I. M. (2018). *É luta! Feminismo Camponês Popular e enfrentamento à violência*. Rio de Janeiro: Lumun Juris.

Tait, M. M. L. (2015). *Elas dizem não! Mulheres camponesas e resistência aos cultivos transgênicos*. Campinas, SP: Librum.

Tait, M. M. L., & Brito, V. J. (2016). Outras economias e propostas de ética ambiental: diálogo entre feminismos e ações coletivas de mulheres rurais. In L. Ferreira da Silva (Org.), *Ciência e Tecnologia para a Transformação socioambiental*. Jundiaí, SP: Paco Editorial.

Tait, M. M. L., Brito, V. J. (2017). Questões sobre gênero e tecnologia na construção da agroecologia. *SCIENTIAE STUDIA*, 15, p.73.

Tait, M. M. L.; Gitahy, L. M. C. (2019). Diálogos entre novos léxicos políticos e práticas comunitárias de cuidado em Abya Yala. *CLIMACOM - Cultura Científica*, 1, p. 1.

Vargas, V. (2002). Los feminismos latinoamericanos em su tránsito al nuevo milenio: una lectura político personal. In D. Mato (Org.), *Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder*. Caracas, Venezuela: CLACSO.

Vargas, V. (2008). *Feminismos em América Latina: su aporte a la política y a la democracia*. Lima, Peru: Flora Tristan.

Vasconcellos, B. M. (2011). *Gênero, tecnologia e Economia Solidária: reflexões a partir da experiência de uma associação de mulheres rurais*. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Política Científica e Tecnológica, Unicamp, Campinas.

Vasconcellos, B. (2017). *Politizando o cuidar: as mulheres do Sul na construção de alternativas sociotécnicas*. (Tese de Doutorado). Programa de Política Científica e Tecnológica, Unicamp, Campinas.

Vasconcellos, B., Dias, R.; Fraga, L. (2017). Tecendo conexões entre feminismo e alternativas sociotécnicas. *Scientiae Studia*, 15 (1), 97-119.

Mulheres populares e a sustentabilidade da vida na América Latina: recontar... | Revista Interstícios de la política y la cultura...19: 07-29

Wezel, A. *et al.* (2009). Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. *Agronomy for Sustainable Development*, 29 (4), 503-15.